

COMO Recebedor nomeado pela Camara desta Imperial
Cidade encarregada da Subscrição mensal de 800 r:º para
augmento da Marinha de Guerra do Imperio do Brasil,
rec. bi. do Sr. *Francisco M. Pedro Luiz de Barros* a quantia
de *Novo mil e seiscentos reis* — importe
de *Acções* dos mezes *Julho 1823* de *Junho* corrente
anno com que voluntariamente Subscreevo para o fim acima
declarado. Ouro Preto 16 de agosto de 1824

João de Barros Lage

ESTRATÉGIA, PODER MARÍTIMO E A CRIAÇÃO DA MARINHA DO BRASIL 1822-23

DR. BRIAN VALE

I — O BACKGROUND ESTRATÉGICO

Em 7 de setembro de 1822, Dom Pedro de Alcântara, Príncipe Regente do Brasil e herdeiro do trono de Portugal, cavalgava com sua escolta através das colinas de São Paulo, depois de uma inspeção do Porto de Santos. À tarde ele alcançou o Riacho do Ipiranga onde encontrou um mensageiro com cartas de seus Ministros no Rio e do Governo Real em Lisboa. Pedro leu os despachos, atirou os papéis ao solo, desembainhou sua espada e gritou: "É tempo. Independência ou Morte. Estamos separados de Portugal". Com este gesto impulsivo e histórico foi proclamada a Independência do Brasil. Três meses mais tarde, Pedro foi coroado Imperador. Por volta de 1824, todas as tropas portuguesas tinham saído do solo brasileiro, e em 1825 a Independência do

Brasil foi reconhecida por Portugal e pelo mundo.

Todos conhecem estes acontecimentos e as histórias que os cercaram; porém, para a maioria das pessoas, estes fatos não representam senão marcos interessantes no que parecia, em um retrospecto, um inevitável encaminhamento na direção da Independência. Na realidade, essa suposição é incorreta, e há dois pontos básicos que devem ser compreendidos para que o *background* para a Independência possa ser inteiramente apreciado: primeiramente, a Independência não era inevitável e era preciso lutar por ela; em segundo lugar, para conquistá-la, o Domínio do Mar era um elemento vital — da mesma forma como fora um elemento vital na guerra pela Independência Norte-Americana. É minha intenção descrever neste trabalho exatamente co-



D. Pedro I

mo, com este *background*, foi formada a Marinha do Brasil, em outras palavras, como foi forjada a arma usada com tão devastador efeito por Lord Cochrane e seus homens, e chamar a atenção para os homens que foram os heróis de uma história que é tão excitante e tão importante como qualquer batalha naval.

Em 1822 a população do Brasil consistia de quatro e meio milhões de habitantes espalhados em uma estreita faixa ao longo de uma extensa costa que se estendia das águas do Amazonas, ao norte, até o Rio da Prata no sul. A distribuição da população era irregular e havia apenas três áreas importantes de concentração. Na extremidade nordeste do País, ao longo de uma linha de costa protegida por um Recife, ficavam as ricas e férteis áreas de açúcar de Pernambuco. Mais para o sul, em torno da Bahia, estava a mais densamente habitada e rica parte do Brasil, que produzia açúcar, algodão, melão e tabaco, e que possuía um florêsciente comércio de mercadorias e de escravos através da magnífica mas suja Cidade de Salvador. Finalmente,

ainda mais ao sul, havia uma área centrada no Rio de Janeiro e que se estendia da costa para o *plateau* de São Paulo no sul e para os montes de ouro de Minas Gerais ao norte. Em acréscimo a estas áreas maiores, havia duas de menor importância: a linha de costa do norte que ia do Pará até a área de algodão do Maranhão, e os pampas do sul que se estendiam até Montevideu e o Rio da Prata.

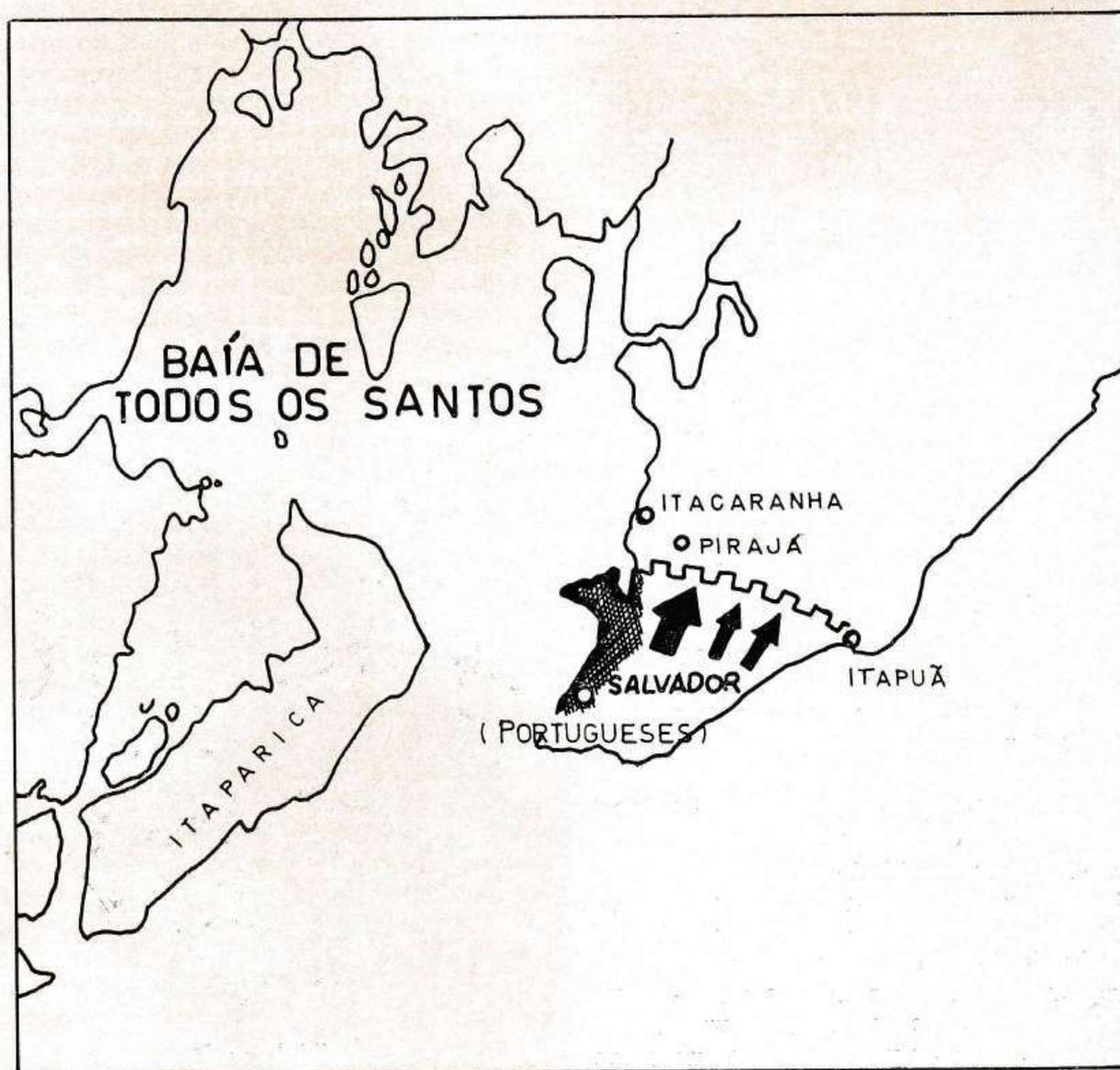
Quando o primeiro Governo do Império Brasileiro se instalou, em outubro de 1822, somente a região de Minas—Rio—São Paulo era completamente leal à causa brasileira. No sul, o Exército tinha se dividido na proclamação da Independência e os regimentos portugueses tinham-se retirado para Montevideu, onde foram cercados por um Exército Brasileiro sob o comando do Barão de Laguna. No norte, Pará e Maranhão estavam firmemente sob o controle português. No nordeste, os estados do açúcar variavam; Pernambuco favorecendo a causa brasileira, os outros em confusão. No entanto, a chave para a situação estratégica estava na Bahia. O combate tinha ali começado em fevereiro de 1822, quando os brasileiros tinham resistido à designação do General Madeira de Mello

Tenente-General Carlos Frederico Lecor,
Barão de Laguna

para Governador das Armas. Depois de severo combate, as tropas portuguesas tomaram o controle de Salvador, enquanto as tropas brasileiras se retiraram para as cercanias, para organizar a resistência. No mês de julho todas as cidades do interior tinham-se declarado a favor de Dom Pedro, e o Exército de 10.000 homens que se tinham juntado à causa brasileira começou a avançar contra Salvador. Madeira de Mello, com somente 3.000 homens, fortificou a cidade e esperou por reforços. Pedro ordenou a Madeira para se retirar para Portugal com seus homens, e enviou para a Bahia um pequeno Esquadrão Naval sob o comando do Chefe-de-Di-

visão Rodrigo Delamare, com reforços de tropas e ordens para bloquear Salvador. As tropas desembarcaram em segurança, mas fora isso a missão foi um fiasco: os homens do mar eram tão indignos de confiança que Delamare evitou ação com os portugueses, e com guarnições abertamente revoltadas, somente como resultado de uma boa sorte conseguiu ele regressar em segurança para o Rio.¹

A situação na Bahia e em Montevideu estava no mesmo impasse: os portugueses não podiam romper o cerco e os brasileiros não podiam entrar na cidade. Mas o tempo trabalhava em favor dos portugueses; pois enquanto o



Cerco de Salvador

Brasil não tinha nem homens nem recursos para manter um esforço de guerra indefinido, Portugal estava já mandando reforços e levantando empréstimos. Quase todas as correspondências da Europa traziam notícias de preparativos militares: em junho de 1822, 600 homens seguiram para a Bahia na Corveta *Calipso*, em setembro mais 1.200 viajaram na Fragata *Pérola* e no Navio *Dom João VI*, de 74 canhões, que levava também um novo comandante naval para a Bahia, o Chefe-de-Divisão João Felix Pereira de Campos. Em 18 de setembro, Caldeira Brant Pontes informou de Londres que estava sendo preparada uma terceira expedição de 2.000 homens. De acordo com esta informação, as ordens portuguesas eram para transferir a guarnição de Montevideu para completar a conquista da Bahia e de Pernambuco, enquanto Felix de Campos com uma grande força naval destruiria o centro da revolta brasileira, bloqueando o Rio.² A ameaça para o novo Império era muito séria.

Para o governo de José Bonifácio, que tentava estender sua autoridade sobre uma nação espalhada ao longo de 4.700 milhas de costa, o mais importante elemento na situação era o Poder Marítimo. Somente ganhando o Domínio do Mar poderia o Governo expulsar os portugueses, forçar o Norte a submeter-se, e colocar as diversas províncias do Brasil sob a autoridade imperial. Mas a situação era crítica, pois estava em Salvador um esquadrão naval português capaz de impor um sério bloqueio ao Rio, a menos que os brasileiros pudessem derrotá-lo antes no mar. Tinha assim o Governo Imperial que organizar uma poderosa força naval antes que os portugueses tomassem a ofensiva. Era uma corrida contra o tempo.

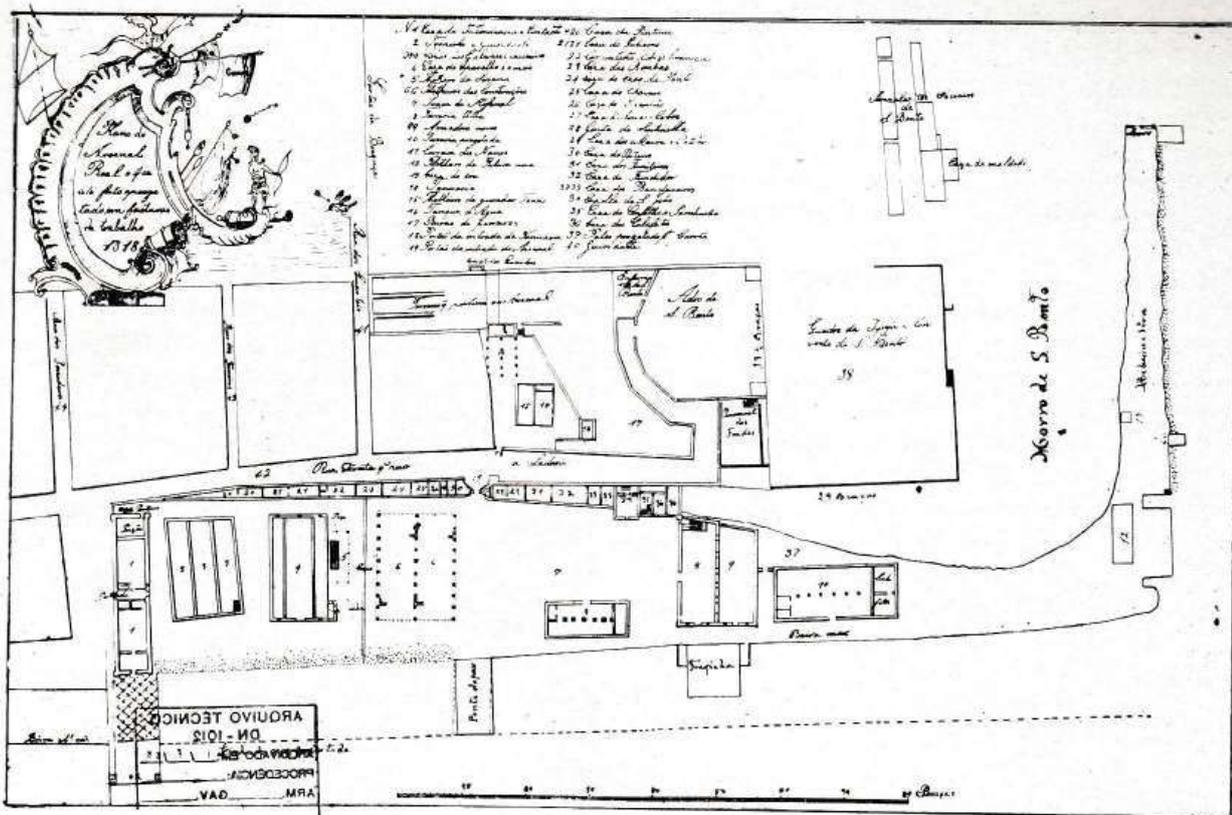
II — NAVIOS, RECURSOS E HOMENS

A responsabilidade por esta tarefa vital e urgente coube ao novo Ministro da Marinha, Capitão-de-Mar-e-Guerra Luiz da Cunha Moreira. Cunha Moreira, um dos poucos brasileiros na Marinha Portuguesa, era um patriota convicto, um homem de grande integridade e um marinheiro experimentado:

desempenhara um importante papel na captura anglo-portuguesa da Caiena Francesa em 1808, tinha-se distinguido em 1818 na captura de Montevideu e na rebelião de Pernambuco, e esteve na fracassada viagem de Delamare contra a Bahia. Para desincumbir-se de sua tarefa, tinha Cunha Moreira uma grande vantagem, pois as instalações navais estabelecidas no Rio desde 1808 permaneciam intactas, o próprio Ministério da Marinha, a Intendência, Contadoria e Auditoria, o Conselho Supremo Militar, o Hospital da Marinha, a Academia de Marinha, o Arsenal e o Estaleiro. Além disso, a Baía de Guanabara oferecia o melhor porto da costa, e que era também o mais fácil de defender. Mas estas grandes vantagens tinham contra si a negligência durante os anos da permanência Real: as fortificações estavam abandonadas,³ o estaleiro se perdia em ociosidade, os depósitos da Intendência, como um resultado de corrupção e negligência, estavam cheios de material de qualidade inferior e deteriorado,⁴ e os navios se estragavam em seus ancoradouros por falta de atenção. A



Commandante
LUIZ DA CUNHA MOREIRA



Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro em 1818

matéria-prima da qual tinha que ser forjada a Marinha era fraca e deficiente.

Contudo, alguns navios de guerra portugueses, que caíram sob o controle imperial, forneceram o núcleo da nova Marinha. Eram as fragatas *União* (62 canhões) e *Real Carolina* (44), as Corvetas *Liberal* (20) e *Maria da Glória* (26), o Brigue *Real Pedro* (14), o Brigue-Escuna *Real* (10), 13 escunas, das quais 7 estavam estacionadas no Prata, e cerca de 20 transportes e barcas canhoneiras. Contra uma força portuguesa de 13 navios de guerra grandes, com 380 canhões, os brasileiros podiam opor 6 navios levando somente 176 canhões.⁵ Diminuir esta disparidade era a mais urgente tarefa de Cunha Moreira. Dos outros navios no Rio, somente 3 eram utilizáveis — a *Nau Martim de Freitas* de 74 canhões, a *Fragata Sucesso*, e o Brigue *Reino Unido*, sendo que todos estavam sendo modernizados ou reparados. A obra nestes navios foi acelerada, enquanto os navios desarmados no porto eram examinados cuidadosamente. Mas clima e negligência

tinham feito seu serviço, e apenas a *Nau Príncipe Real*, que em dias mais felizes tinha levado Dom João ao Brasil, pôde ser usada — e assim mesmo somente como navio prisão.

No entanto, navios adequados eram procurados em outros lugares. Um despacho de Londres, em setembro, continha uma oferta de 2 navios de 50 canhões, inteiramente equipados, e em 4 de outubro foi dada ordem a Caldeira Brant para comprá-los.⁶ Um mês mais tarde recebeu ele ordem para comprar mais 4 navios, e foi autorizado a levantar um empréstimo com este propósito.⁷ Infelizmente, porém, as finanças brasileiras estavam nesta época em estado de colapso. Em 1821, a renda das províncias leais a Pedro atingia apenas à metade das despesas do Governo, e no ano seguinte o Banco do Brasil estava falido. Em dezembro de 1822, a dívida nacional tinha atingido 11 milhões de mil réis e o Governo foi forçado a recorrer a empréstimos internos. Em janeiro de 1823 foi lançada pela Marinha uma subscrição nacional. Os assinantes eram convidados a com-

prar mensalmente ações de 800 réis (60 penny) pagáveis em 3 anos. Foram designados agentes em cada localidade, e com o Imperador e a Imperatriz tomando a liderança com a compra de 350 ações, logo patriotas de toda a Nação estavam subscrevendo. Perto de junho de 1823, o fundo tinha alcançado 33.000 mil réis (£6.600) com 7.000 mil réis entrando mensalmente. Em 1825, o fundo tinha atingido nada menos que 200.000 mil réis (£ 40.000).⁸

Com este apoio financeiro, continuou a expansão naval. Em janeiro de 1823, o Imperador comprou o Brigue *Maipu* e apresentou-o à Nação como o *Caboclo*.⁹ O Brigue britânico *Nightingale* foi comprado completo, com velas e acessórios e carga de carvão, e recebeu o nome de *Guarani*.¹⁰ No mesmo mês os Brigues-Escuna *Atlanta* e *Rio da Prata* foram respectivamente comprados por Labatut e Laguna, e mandados para o Rio para conversão. O trabalho no Arsenal atingiu um ponto até então não conhecido. Um visitante regular era o Imperador que chegava freqüentemente ao amanhecer e passava a manhã instando os operários a ainda maiores esforços.¹¹

A princípio, parecia não haver falta de oficiais para a nova Marinha: 160 tinham se estabelecido no Brasil desde 1808, mas a maioria era de portugueses, e tornou-se necessário verificar primeiro sua lealdade. Com esta finalidade, Cunha Moreira estabeleceu uma comissão, em 5 de dezembro de 1822, para perguntar a cada oficial se ele desejava servir ao Brasil ou voltar para Portugal. Ficou logo claro que a grande maioria aderiu à causa brasileira, e quando foram retirados os nomes dos mais velhos e dos incapazes, restou um total de 94.¹² Era evidente que o Brasil tinha oficiais superiores em número suficiente, mas a quantidade de oficiais inferiores dava apenas para guarnecer os navios já em comissão nos estabelecimentos de guerra. Para guarnecer os novos navios que eram preparados no Rio, havia necessidade de pelo menos mais 25 tenentes.

No final de 1822 deu-se a ruptura final. As Cortes declararam rebeldes Pedro e seus ministros, e aceleraram os seus preparativos militares. Em dezem-

bro, no Rio, Pedro foi coroado Imperador, e como um gesto final de hostilidade, o Governo decretou o confisco de propriedades portuguesas e autorizou o corso contra a bandeira de Portugal. Sendo inevitável a guerra no mar, muitos brasileiros ficaram nervosos com o fato de estar sua Marinha sob a direção de oficiais portugueses. Tinham todos declarado sua lealdade ao Brasil, mas que aconteceria se eles tivessem de atirar em seus amigos compatriotas? Os pressentimentos se aprofundaram quando o imediato e a guarnição da Escuna brasileira *Maria Theresa*, que escoltava um comboio de artilharia para o exército de Laguna, prendeu seu comandante e entregou o navio e seu valioso comboio aos encantados portugueses em Montevidéu. Brant fez eco aos pensamentos de muitos, quando recomendou com urgência o recrutamento de ingleses e norte-americanos.

O Governo Brasileiro já havia pensado nesta forma de preencher o posto chave de Comandante-em-Chefe. Não era adequado o nome de nenhum dos oficiais-generais portugueses disponíveis, e o mais provável candidato, o Vice-Almirante Rodrigo Lobo, tinha uma reputação de incompetência e covardia, e era odiado pelos brasileiros por causa do modo brutal com que combatera a revolta de Pernambuco em 1817. Foi Caldeira Brant que, no início de maio de 1822, sugeriu a escolha ideal: Thomas Lord Cochrane. José Bonifácio hesitou, mas em 13 de setembro, com a guerra inevitável, ele escreveu a seu agente em Buenos Aires instruindo-o a convidar Cochrane para o serviço imperial com a garantia de sua Alteza Real de que: "... não o deixaria servir com vantagens menores que aquelas que ele tinha tido no Chile".¹³ Da Câmara transmitiu a mensagem com uma retórica estimulante: "Vinde, Milord" escreveu ele, "a honra o convida, a glória o chama... Vinde, Hércules renascido, e com seus honrosos esforços ajudai a domar a Hydra de cem cabeças de um despotismo medonho. Vinde e ornai nossas armas navais com a ordem maravilhosa e a disciplina incomparável da poderosa Albion..." etc. etc.¹⁴

Cochrane estava, por esta época, no cume de seu poder e de sua reputação. Depois de uma brilhante carreira como um comandante de fragata nas guerras napoleônicas, seu temperamento irascível tinha angariado a hostilidade do Almirantado, e sua política radical tinha tornado hostil ao governo. Envolvido em uma fraude da Bolsa de Valores em 1814, Cochrane foi preso e demitido da Royal Navy. Quando foi solto, foi convidado para comandar a Marinha do Estado do Chile que lutava então contra a Espanha pela sua independência, e em 1817 tinha ele levado para o Pacífico seu gênio militar e seu temperamento. Começando com os mais frágeis recursos, Cochrane cumpriu sua tarefa com habilidade e ousadia típicas: dentro de 3 anos o inimigo tinha sido varrido dos mares e

tinha tido suas cidades bloqueadas e suas fortalezas tomadas de assalto, e estavam asseguradas a independência do Chile e a do Peru. Em 1822 a guerra no Pacífico tinha terminado, e Cochrane, tendo inevitavelmente começado a discutir com seus empregadores, estava procurando outras oportunidades para seus talentos. Desta forma, era a oferta brasileira feita em tempo oportuno, e em novembro Cochrane respondeu à Câmara em termos favoráveis e resignou do seu posto no Chile.¹⁵ Neste mesmo tempo o Governo Brasileiro recrutara outros oficiais estrangeiros para seu serviço. O primeiro foi David Jewett que tinha servido com a Marinha dos Estados Unidos e que foi comissionado como capitão-de-mar-e-guerra. Outros foram os jovens ingleses William Eyre e Jorge Manson que



Busto de John Taylor
(Figura de proa da
Fragata *Niterói*)

Museu da Marinha

se tornaram tenentes. Outro foi John Taylor, um oficial em serviço na Royal Navy e cujo engajamento causou repercussão internacional. Taylor estava servindo com o esquadrão britânico na América do Sul, sob o comando do Comodoro Sir Thomas Hardy. Subitamente, em 9 de janeiro de 1823, depois de uma série de encontros secretos com José Bonifácio, ele foi designado capitão-de-fragata na Marinha Imperial e resignou, no dia seguinte, da sua comissão britânica. Hardy recusou-se a aceitar a resignação, registrou Taylor como desertor e informou o assunto a Londres.¹⁶ O governo britânico protestou fortemente e pediu a demissão de Taylor; mas seus serviços eram muito valiosos e o Governo Brasileiro respondeu com evasivas corteses e polida incompreensão.¹⁷ Depois de 18 meses de pressão britânica, Taylor foi de fato demitido da Marinha Imperial, mas por esta época ele era um herói nacional e em pouco tempo foi reintegrado na Marinha Imperial.

A Marinha Brasileira herdou também de Portugal um corpo de marinheiros e de soldados da Artilharia da Marinha. Eram todos, infelizmente, portugueses de nascimento, e a falta de confiança neles era amplamente justificada pela sua ação na viagem de Delamare contra a Bahia. Não obstante, a Marinha precisava deles, e o Governo esperava que eles poderiam permanecer leais, se comandados por oficiais fiéis e reforçados por um grupo de homens de confiança. Para manobrar os navios existentes, e também os novos navios em preparo, eram necessários 430 soldados e 1.700 marinheiros, dos quais 1.250 deveriam ser homens do mar bem adestrados. Os navios no Rio forneceram exatamente a metade deste número, isto é, 230 soldados e 900 marinheiros, dos quais somente 650 eram homens experimentados no mar e por isso, um rápido e bem sucedido recrutamento era uma necessidade vital.

No princípio de 1823 foi completado o trabalho na nau, e em 14 de janeiro o navio recebeu o nome de *Pedro I*.¹⁸

Uma quinzena mais tarde a *Sucesso* (que tinha sido reparada a expensas

próprias por um grupo de patriotas) recebeu o nome de *Niterói*,¹⁹ e John Taylor foi nomeado seu comandante. O recrutamento para a sua guarnição começou com entusiasmo o qual, infelizmente, rapidamente desapareceu.²⁰ Desde o começo estava a campanha de recrutamento ameaçada pelo fracasso, e tornou-se logo claro não haver reserva de homens do mar com que se contasse em tempo de guerra. A despeito de sua costa, o Brasil, como os Estados Unidos, permanecia basicamente uma nação continental, com pouca tradição marítima. Seus pescadores eram principalmente mulatos que iam para o mar em jangadas, e seu comércio costeiro, embora considerável em tamanho, era feito por navios pequenos com reduzidas guarnições de escravos ou portugueses. Poucos homens se ofereceram para a Marinha e o Brasil estava ameaçado com um sério problema de pessoal.

III — CALDEIRA BRANT EM LONDRES

Era feliz o Governo Brasileiro por ter como seu Agente em Londres, nesta hora crítica, um patriota corajoso e de visão, o General Felisberto Caldeira Brant Pontes, mais tarde Marquês de Barbacena. Viajara ele para a Inglaterra em 1821, em visita particular, e estava em Londres, em abril do ano seguinte, quando foram recebidas as notícias da famosa declaração do *Fico* de Dom Pedro e da nomeação do Governo de José Bonifácio. Caldeira Brant compreendeu o significado destes acontecimentos e sua primeira reação foi apressar sua volta para o Brasil; mas viu também o valor para a nova administração de um agente de confiança em Londres, que fosse capaz de levantar empréstimos, de comprar armas e de dar aviso dos desenvolvimentos em Portugal, e decidiu que era seu dever permanecer. A primeira carta oficial de Brant foi escrita em maio de 1822, e durante os quinze meses cruciais que se seguiram ele forneceu a José Bonifácio uma corrente constante de informações, de análises militares e de comentários políticos. Na maior parte do tempo ele era pobremente apoiado

do pelo distante Governo no Rio: as notícias dos progressos no Brasil vinham tanto de fontes privadas como de fontes oficiais, e por vezes ele era forçado a usar seu próprio dinheiro ou a emprestar de seus amigos para pagar as despesas oficiais. Porém, felizmente para o Brasil, era Brant um homem que provou ser capaz de agir por sua própria iniciativa quando faltassem instruções específicas.

Um tema constante nos despachos de Brant era a importância de uma marinha de confiança. Em maio ele escreveu um memorando: "*Medidas extremas para repelir os ataques de Portugal*", no qual recomendava ao Governo, agora que estava terminada a guerra no Pacífico, obter com urgência os serviços de Lord Cochrane e dos homens que tinham lutado com ele no Chile. "*Só seu nome levaria o susto e o terror aos nossos inimigos,*" escreveu ele: "*o recrutamento de marinheiros britânicos converteria uma força portuguesa em um leal e efetivo esquadrão.*"²¹ Em 5 de julho ele informava que o Captain James Thompson, um ex-oficial da Royal Navy, tinha oferecido para o Brasil dois navios de 50 canhões completamente equipados. Brant recomendou aceitar a oferta e esperou pela resposta.²²

No decorrer de 1822 Brant informou fielmente o aumento da atividade militar portuguesa. Mas durante este tempo pouco recebeu ele no sentido de uma orientação oficial, o que não é surpreendente, se levarmos em conta a viagem de quatro meses entre Rio e Londres. Por fim, em outubro, ele recebeu suas credenciais como Encarregado de Negócios e as suas instruções. Iria ele estabelecer contato com o governo britânico, publicar matéria favorável à causa brasileira e recrutar oficiais e homens para o serviço Imperial, desde que sentisse que os preparativos em Portugal tornassem isso necessário. A ordem relativa a recrutamento era vaga, mas Brant tinha sido capaz de discutir isso com Antônio Carlos, o irmão do Ministro, que tinha retornado ao Rio via Londres depois de ter participado das Cortes em Lisboa como um dos representantes do Brasil.

Concordaram ambos que a mais vital necessidade do Brasil em tempo de crise seriam 600 oficiais e marinheiros britânicos, e que as ordens de Brant para recrutamento implicavam um consentimento para fazer face aos custos.²³ Mas a despeito disto, e de alarmantes notícias de preparativos portugueses, Brant hesitou antes de lançar um movimento de recrutamento muito caro.

Em dezembro de 1822, Brant recebeu notícias posteriores de acontecimentos no Brasil e ordens recentes, para mandar armas e suprimentos navais e para concluir negociações para os dois navios oferecidos por Thompson.²⁴ Esta última tarefa não pôde ser cumprida, mas a ansiedade do Governo para aumentar suas forças navais era agora clara, e Brant, depois de muito pensar, decidiu lançar seu plano para recrutamento de marinheiros²⁵, tendo como alvo, inicialmente, o número de 300. Em 26 de dezembro Brant designou Antônio Meirelles Sobrinho para Vice-Cônsul em Liverpool, onde esperava conseguir a maior parte dos homens. Meirelles foi autorizado a oferecer £2. 66p por mês, £1 mais do que a Royal Navy, e recebeu ordens para contratar 150 homens do mar tão rápida e secretamente quanto fosse possível.²⁶ Em Londres, Brant usou James Thompson como seu agente. Thompson foi nomeado capitão-de-fragata da Marinha Imperial, e recebeu ordens para arranjar 50 homens e 5 oficiais. Foram também mandadas ordens para Le Havre, visando ao recrutamento de 100 homens.

O recrutamento na França foi um fracasso, mas em Liverpool não houve problemas, e dentro de 15 dias Meirelles tinha completado sua missão com todo sucesso. Também Thompson não teve dificuldade no recrutamento. Não foi difícil engajar um grupo de oficiais que desejavam servir ao Brasil. A Royal Navy estava ainda em 1822 nas profundezas da depressão que se seguiu às guerras napoleônicas, e havia mais de 3.000 tenentes e ainda mais guardas-marinhas que estavam desempregados. Entre esses milhares não era difícil encontrar meia dúzia ansiosa pelas oportunidades oferecidas pelo serviço no Brasil. Os valores de paga-

mento oferecidos por Brant eram mais baixos do que os da Marinha Britânica, mas os contratos eram atraentes.²⁷ Cada oficial comprometia-se a servir por 5 anos. Se no fim deste tempo ele permanecesse no serviço imperial, receberia 50% extra sobre seu salário normal; caso voltasse para a Inglaterra, receberia meio pagamento pelo resto de sua vida. Seriam dadas passagens para o Brasil e o pagamento começaria na data do embarque. Em 12 de janeiro os oficiais de Thompson estavam todos engajados. Tinham todos servidos na Royal Navy, um como tenente, Benjamim Kelmare, que também havia lutado com Cochrane no Chile, e o restante como guardas-marinhas.²⁸ Kelmare foi comissionado como capitão-tenente, e os outros como primeiros-tenentes.

O recrutamento foi um completo sucesso e foi efetuado com o segredo necessário. Para evitar dificuldades com a Lei, Brant fingiu todo o tempo que os recrutados eram colonos emigrando para o Brasil, e em todos os documentos os marinheiros eram cuidadosamente descritos como *cultivadores* e os oficiais como *feitores*.²⁹ O navio *Lindsays* deixou Liverpool com o primeiro grupo de 125 homens e 6 oficiais em 24 de janeiro. Três dias depois o *Lapwing* partiu de Londres com o segundo grupo de 45. Brant informou seus esforços com justificada satisfação. O custo de recrutamento em Londres, escreveu ele, tinha sido razoável, e os homens tinham concordado em servir por £2 por mês. Mas em Liverpool Meirelles tinha ignorado suas ordens cuidadosamente feitas, e tinha não somente oferecido £5.50p, o dobro da quantia permitida, mas tinha também desprezado a necessidade de segredo e tinha realmente assinado contrato para aquele efeito. Brant pôde somente desejar "*queira Deus que os portugueses a não descubram para o perseguirem*".³⁰

Brant teve igualmente sucesso em conseguir munições. Foi difícil persuadir os fornecedores britânicos a aceitar os riscos envolvidos, mas com o firme apoio da firma amiga *Freitas & Costa*, ele conseguiu. No começo de janeiro o suprimento de canhões, mos-

quetes, pólvora, balas e provisões navais estava a caminho do Brasil em navios alugados. Um mês mais tarde foram recebidos pedidos posteriores de quantidade substanciais de cabos e outros itens, e Brant foi capaz de negociar com eles eficientemente. Recebeu ele também instruções para comprar quatro navios de guerra na Grã-Bretanha para a Marinha Brasileira, mas não conseguiu levantar os fundos necessários e teve que admitir a derrota. Contudo, as implicações desta ordem, junto com notícias de Lisboa, causaram a ele algum alarme, e quando Brant ouviu de um oficial do HMS *Conway*, que voltara recentemente do Brasil, que as fragatas no Rio eram incapazes de navegar devido a falta de oficiais inferiores e de marinheiros, decidiu que era tempo de mandar um segundo contingente de marinheiros.³¹

Durante março e abril, Brant e Meirelles efetuaram uma campanha de recrutamento tão rápida e tão secreta como a anterior. Em seis semanas tinham conseguido 265 marinheiros e 12 oficiais.³² Desta vez os oficiais foram engajados com o auxílio do Captain James Norton, um ex-oficial da Royal Navy, que foi comissionado como capitão-de-fragata brasileiro. Em 3 de abril o primeiro grupo de 102 marinheiros e 2 oficiais deixou Liverpool, em um navio alugado, o *Alice*. Mais 8 oficiais seguiram mais tarde, no mesmo mês, e o último grupo, compreendendo 164 oficiais e marinheiros, sob o comando de Norton, partiu em 4 de maio no *Mary*. Como resultado da iniciativa de Brant, um contingente extremamente necessário, de 450 experimentados oficiais e marinheiros, foi despachado para o Brasil no momento da crise. De todos os elementos que contribuíram para criar a nova Marinha, esse foi, talvez, o mais importante.

IV — A MARINHA ESTÁ PRONTA

Ao término do ano de 1822, a situação no Brasil tinha-se alterado de modo significativo. Os portugueses permaneciam entrincheirados em Montevideú, mas na Bahia a guerra mudara lentamente a favor do Brasil. O Exérci-



James Norton. Chefe-de-Divisão

to Imperial tinha cercado Salvador por terra, tornando a cidade inteiramente dependente dos suprimentos trazidos por mar ou através das vias aquáticas costeiras entre a Ilha de Itaparica e o continente. Em outubro de 1822 Madeira de Mello havia atacado a ilha, numa tentativa de assegurar esta rota vital mas fora batido pelos defensores levados por uma flotilha naval sob o comando do Primeiro-Tenente João de Oliveira Bottas. Em janeiro ele tentou outra vez, mas a despeito dos reforços que tinham chegado de Lisboa, os portugueses foram derrotados depois de dois dias de violento combate. A posi-

ção dos portugueses tornava-se diariamente mais difícil. O comércio estava parado e as finanças da cidade estavam atingindo o ponto de ruptura: as tropas, os marinheiros e os operários do estaleiro estavam com o pagamento atrasado, o moral caía e a deserção aumentava.³³

O General Madeira de Mello, mesmo com os reforços que tinham chegado de Lisboa, comandava apenas cerca de 5.000 homens, e era somente capaz de defender Salvador utilizando os marinheiros do esquadrão naval, o qual, como resultado, era deixado inútil no seu ancoradouro. Madeira de Mello era um

homem de visão estratégica limitada, e não ousava retirar os marinheiros de seu papel defensivo para lançar um golpe contra o Rio, possivelmente decisivo.

Por seu lado, o Governo Brasileiro estava perfeitamente consciente dessa possibilidade, e desdobrou suas forças navais de modo a conter os portugueses em Montevideu enquanto aumentava a pressão em Salvador. Em 28 de janeiro de 1823, saiu do Rio para a Bahia uma expedição levando provisões militares e 700 homens escolhidos. A escolta, que compreendia os navios *União*, *Real Carolina*, *Maria da Glória*, *Liberal*, *Caboclo*, *Real* e *Leopoldina*, era comandada por Jewett, incluía todos os navios maiores em comissão e era tripulada por todos os marinheiros disponíveis.

Quando Jewett voltou para o porto, em 12 de março, as peças que formavam a nova Marinha estavam começando a cair em seus lugares. Do Ministério da Marinha saíam em sucessão ordens e decretos concernentes a compras, provisões, pagamento, medalhas, pensões e todos os detalhes da administração naval.³⁴ Por toda a Nação os brasileiros estavam doando lealmente para a subscrição nacional para a Marinha, e o dinheiro já estava fluindo para os cofres do fundo. Aqueles que não podiam dar dinheiro contribuía com material: alguns ofereciam carne seca, outros, barris de vinagre ou vinho, outros, gado vivo, e alguns ofereciam mesmo os seus escravos como marinheiros.³⁵

Através do forte calor do verão brasileiro, o estaleiro fez um tremendo esforço para reequipar e reparar os novos navios de guerra que dariam poder de ataque à Marinha. Por volta de março de 1823 tinha sido duplicada a força da Marinha, possuindo então o Brasil 13 grandes navios carregando 356 canhões (Ver Apêndice I). Agora tinha o Brasil recursos e navios de guerra, e havia razão para o Governo sentir-se satisfeito com o que tinha alcançado, mas, ainda assim, o sucesso de seus esforços era ameaçado por um grande problema de pessoal. Despindo os navios menores, podia-se apenas lotar os

navios maiores com guarnições mínimas; além disso, estava presente a lembrança da viagem de Delamare que levou à falta de confiança nos marinheiros portugueses, dos quais ainda dependia o Brasil. O recrutamento ia mal: poucos brasileiros tinham conhecimento do mar e aqueles que eram voluntários representavam a vagabundagem das docas. O Governo logo recorreu a medidas desesperadas: 50 condenados do navio prisão foram mandados para navios de guerra como marinheiros e soldados;³⁶ uma ordem especial permitiu que escravos servissem como marinheiros; e os recrutadores de marujos começaram a agarrar marinheiros de qualquer nacionalidade. A pronta ação dos cônsules estrangeiros no Rio assegurou a liberdade da maioria de seus compatriotas, mas uns poucos não foram felizes e alguns desertaram voluntariamente de seus navios para entrar para o serviço Imperial.³⁷ Em março o Governo elevou os pagamentos da Marinha, mas isto teve pouco efeito e a situação permaneceu séria e parecia que somente poderia ser salva por algum golpe de sorte de última hora. Eram também aguardadas notícias de Lord Cochrane. Era conhecida sua reação favorável à oferta brasileira, mas com os reforços portugueses a caminho, a sua chegada poderia se dar tarde demais.

Por fim, no começo de março, soube-se que Cochrane tinha deixado Valparaíso em 12 de janeiro e estava a caminho. O Governo recebeu a notícia com satisfação, e na capital o entusiasmo começou a crescer. Poucos dias depois, em 13 de março, em uma manhã nublada e chuvosa, entrou na baía o *Brigue Colonel Allen*, trazendo Cochrane e 4 oficiais que com ele tinham lutado no Chile. As boas notícias logo se espalharam. Cochrane baixou a terra imediatamente para ver José Bonifácio e o Imperador que tinha saído a cavalo do Palácio de São Cristóvão ao ouvir as notícias. A conversa foi cordial e Cochrane voltou para o navio muito satisfeito com sua recepção.³⁸

Em 15 de março Cochrane acompanhou o Imperador numa inspeção dos navios de guerra. À primeira vista, ficou ele muito satisfeito com as condi-

ções do esquadrão, particularmente com o *Pedro I*. Os navios estavam prontos para o mar, com suprimento para 3 meses sendo embarcado a bordo. No entanto, Cochrane foi vigorosamente atingido pela pobre qualidade dos marinheiros. Todos os comandantes reclamaram da dificuldade de recrutar homens, e Cochrane notou com surpresa que a maioria era de portugueses, nacionais do inimigo, a quem o Imperador tentava manter leais frisando em seus discursos que era contra as Cortes e não contra a nação portuguesa que o Brasil estava lutando.

Dois dias depois, Cochrane visitou o Ministro da Marinha para acertar os detalhes de sua nomeação como Comandante-em-Chefe. A entrevista permaneceu amigável até Cunha Moreira oferecer oficialmente a Cochrane o mais alto posto no serviço brasileiro, o de Almirante. Para consternação do Ministro, a oferta foi recusada de pronto. Tornou-se logo evidente que esta objeção era baseada somente em questões financeiras, pois Cochrane estava perfeitamente ciente de que o pagamento de um almirante brasileiro no serviço ativo era de somente 400 mil réis (£80) por mês. Esta quantia era muito pequena em relação ao pagamento de um almirante britânico, que percebia aproximadamente 1.200 mil réis (£233), e era menos da metade do pagamento que Cochrane recebia no Chile. Cochrane assinalou bruscamente que o convite do Governo tinha garantido as mesmas *vantagens* que tivera no Chile, e deixou claro que não serviria por menos, a não ser, acrescentou ele: que o Brasil fosse muito pobre para poder tê-lo! Cunha Moreira, espantado tanto pelo interesse de Cochrane por dinheiro como pelo seu tom insultuoso, engoliu a afronta atendendo ao interesse nacional, afirmou que o Império naturalmente cumpriria suas obrigações, e, depois de discussões sobre o valor do câmbio, concordou com os termos de Cochrane.³⁹ Foi também acordado que os oficiais que tinham vivido com o Almirante no Chile seriam comissionados e colocados no *Pedro I*, Thomas Sackville Crosbie no comando como capitão-de-fragata e os outros como primeiros-tenentes.⁴⁰

Com a urgência requerida pela situação, a carta de nomeação de Cochrane foi entregue em 19 de março. O soldo e as comedorias estavam estabelecidas exatamente nos valores pedidos, mas infelizmente o escrivão que fizera a carta trocara as duas coisas, e a carta foi devolvida para correção. Mas, mesmo então, as dificuldades não haviam terminado. Cochrane subitamente compreendeu que sua nomeação o colocaria no fim da lista de almirantes e não lhe daria autoridade suprema. Cunha Moreira tentou superar este novo problema assinalando que, embora ele fosse em teoria o terceiro em antiguidade, teria comando tático sem impedimentos.⁴¹ Mas a natureza desconfiada de Cochrane tinha-o tornado muito cauteloso com promessas verbais, e ele declarou que somente serviria se lhe fosse dada plena autoridade.

As coisas estavam agora além da competência do Ministro, e foi necessária uma reunião do Gabinete para resolver o problema. Necessitando o Brasil de seus serviços, concordou o Governo com a exigência de Cochrane. Ele foi nomeado Primeiro-Almirante, posto especialmente criado, recebendo um soldo anual de 11.250 mil réis (£2.304) e mais um pagamento de comando de 5.770 mil réis (£1.154). Em resumo, Cochrane receberia três vezes mais que qualquer outro almirante brasileiro e £500 (2.500 mil réis) mais do que um almirante britânico! A notícia dessa concessão foi levada pessoalmente a Cochrane por José Bonifácio, que instou que aceitasse sem demora a nomeação. Satisfeitas suas condições, Cochrane concordou, e às 4 da tarde de 21 de março de 1823 ele içou o seu pavilhão no *Pedro I*, assumindo formalmente o comando do Esquadrão da Independência.

Enquanto o Primeiro-Almirante negociava suas muito favoráveis condições de serviço, aconteceu o golpe final de boa sorte. Em 18 de março, no tempo oportuno, o *Lapwing* entrou no porto e a ele se seguiu, menos de uma semana mais tarde, o *Lindsays*. Nos dois navios chegavam 200 oficiais e homens vitalmente necessários para o Governo. As guarnições dos navios de guerra eram agora finalmente redistri-

buidas e os marinheiros britânicos foram destinados aos navios mais poderosos do esquadrão.⁴² Os homens foram registrados, pagos e então tiveram permissão para ir a terra pela primeira vez em seis semanas. À maneira dos marinheiros britânicos, dentro de poucas horas estavam todos gloriosamente embriagados⁴³.

O Governo estava agradecido pela chegada daqueles homens, embora surpreendido com os oficiais, que eram esperados apenas no caso de terem sucesso as negociações com os navios de guerra de Thompson.⁴⁴ Agora, porém, estava o Governo satisfeito por ter seus navios em mãos experientes e de confiança. A Thompson foi dado o comando da *Real Carolina*, com Kelmare como seu imediato, enquanto os outros tenentes foram designados para o navio capitânia e para as outras fragatas.

A 29 de março a Marinha Brasileira estava pronta para tomar a ofensiva e a costa da Bahia foi declarada em estado de bloqueio. Em 30 de março Cochrane recebeu suas ordens. Ele devia

suspender para Salvador na manhã seguinte: “pondo aquele porto em rigoroso bloqueio, destruindo ou tomando todas as forças portuguesas que encontrar, e fazendo todos os danos possíveis aos inimigos deste Império.”

Em 1º de abril a expedição partiu para uma aventura que iria decidir a Independência do Brasil.⁴⁵ A corrida tinha sido vencida, mas na hora exata, pois no mesmo dia em que Cochrane tinha recebido suas ordens, os portugueses tinham recebido instruções de Lisboa para atacar o Rio. Mas estavam atrasados demais: os brasileiros estavam no mar, e prontos para tomar a iniciativa. Nas celebrações que acompanharão o aniversário da Independência, muito será dito da bravura e da importância da contribuição da Marinha. Mas relembremos ao mesmo tempo os nomes de Luís da Cunha Moreira e de Felisberto Brant Pontes, pois sem sua dedicação, habilidade e engenho não teria o Brasil uma Marinha para assegurar sua vitória. O Brasil e a História têm uma dívida grande para com eles.

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

¹⁾ Ver *Subsídios para a História Marítima do Brasil* vol. I, 1938, Imprensa Naval, Rio, para uma excelente descrição.

²⁾ Caldeira Brant — José Bonifácio, publicada em Publicações do Arquivo Nacional, 18 de setembro de 1822 vol. VII, 1907 págs. 267-268.

³⁾ John Purdy, *Sailing Directions for the Coast of Brazil*, Whittle and Laurie, London 1818.

⁴⁾ Cochrane — José Bonifácio, 5 maio de 1823 publicada em *Narrative of Services in the Liberation... of Brazil*, por Lord Cochrane (Earl of Dundonald) Londres, 1859.

⁵⁾ O Esquadrão Português consistia de D. João VI (74) Fragatas *Pérola* (46) e *Constituição* (50), as Corvetas *10 de Fevereiro* (24), *Calypso* (22), *Príncipe do Brasil* (22) e *Regeneração* (18), navios armados *Princeza Real*, *Gaultier*, *Activo* e *Restauração*, e Brigue *Audaz* (18) e *Promptidão* (16). Ver Relatório do Ministro da Marinha Portuguesa de 7 de dezembro de 1822, na Biblioteca Nacional, Rio, Ref. I-28-29-27.

⁶⁾ José Bonifácio — Caldeira Brant, 4 de outubro de 1822, *Arquivo Diplomático da Independência* vol. I.

⁷⁾ José Bonifácio — Caldeira Brant, 3 novembro 1822, *ibid.*

⁸⁾ As importâncias decorrentes da subscrição foram publicadas regularmente no *Diário do Governo*, mais tarde *Diário Fluminense*.

⁹⁾ Decreto de 23 de janeiro de 1823, publicado no *Diário do Governo*, 5 de fevereiro de 1823.

¹⁰⁾ *Relatório do Inspetor do Arsenal datado de 7 de fevereiro de 1823*, Arquivo Nacional (A. N.) Rio, XM 726. Decreto de 11 de março de 1823 publicado no *Diário do Governo*, 20 de março de 1823.

¹¹⁾ Maria Graham — *Journal of a Voyage to Brazil*, Londres 1824, p. 219.

¹²⁾ Theotonio Meirelles da Silva, em seu valioso *Apontamentos para a História da Marinha de Guerra Brasileira* dá uma lista de 98 oficiais aderindo à causa da Independência.

Meus cálculos feitos, comparando esta estatística com listas de oficiais reformados, promovidos e em serviço em vários navios,

levam-me a concluir que os números obtidos por Meirelles não eram exatos. Dou abaixo os meus próprios cálculos:

	Meirelles		Vale	
	aderindo	aderindo	reformados	total
Oficiais-Generais	5	10	2	= 8
Capitães-de-Mar-e-Guerra	10	13	6	7
Capitães-de-Fragatas	21	22	9	13
Capitães-Tenentes	18	27	8	19
Primeiros-Tenentes	15	18	8	10
Segundos-Tenentes	29	42	5	37
	—	—	—	—
	98	132		94

¹³⁾ José Bonifácio — *Correia da Câmara*, 13 de setembro de 1822, *Arquivo Diplomático da Independência*, vol. IV.

¹⁴⁾ Correia da Câmara — *Cochrane*, 4 de novembro de 1822, *Annaes do Itamaraty* vol. II, 1937 p. 99.

¹⁵⁾ Cochrane — *Correia da Câmara*, 30 de novembro de 1822, *ob cit.*

¹⁶⁾ Hardy — Londres, 6 de fevereiro de 1823. *Public Record Office*, London Ad.1/28 and Ad. 50/151.

¹⁷⁾ Cartas entre março de 1823 e julho de 1824, *Arquivo Diplomático da Independência*, vol. II.

¹⁸⁾ Decreto de 14 de janeiro de 1823.

¹⁹⁾ Decreto de 25 de janeiro de 1823.

²⁰⁾ O governo ofereceu pagamento mensal de 8 mil réis (£1. 60p) para 1^{os} marinheiros, 6.5 mil réis para 2^{os} marinheiros (£1. 30p), e 4.8 mil réis (95p) e 3 mil réis (60p) para grumetes de 1^a e 2^a Classe. Voluntários receberam uma gratificação de um mês de salário.

²¹⁾ Caldeira Brant — *José Bonifácio*, 4 de maio de 1822. *Publicações do Arquivo Nacional*, vol. VII, 1907, p. 247.

²²⁾ Caldeira Brant — *José Bonifácio*, 5 de julho de 1822, *op cit.*, p. 260.

²³⁾ Caldeira Brant — *José Bonifácio*, 5 de julho, 20 de agosto, 18 setembro 1822, *op cit.*

²⁴⁾ José Bonifácio — *Caldeira Brant*, 4 de outubro de 1822, *A. D. da I* vol. I.

²⁵⁾ Caldeira Brant — *José Bonifácio*, 27 de dezembro de 1822, *P. do A. N.*, vol. VII, 1907 p. 293.

²⁶⁾ Brant — *Meirelles*, 26 de dezembro de 1822 e 4 de janeiro de 1823, *op. cit.*

²⁷⁾ Caldeira Brant — *José Bonifácio*, 12 janeiro de 1823, *op cit.* p. 298.

²⁸⁾ Nota datada de 13 janeiro de 1823 de Caldeira Brant, A. N., XM 895. Os outros quatro oficiais eram Richard Phibbs, Vincent Crofton, Francis Clare e Samuel Chester. Phibbs não estava fisicamente apto quando chegou ao Rio. Seu posto foi tomado pelo imediato do *Lapwing* James Nicoll, que estava comissionado como primeiro-tenente.

²⁹⁾ Caldeira Brant — *José Bonifácio*, 27 de dezembro de 1822, *P. do A.N.*, vol. VII 1907, p. 293.

³⁰⁾ Caldeira Brant — *José Bonifácio* N^o II, de 1 de fevereiro de 1823, *op cit* p. 305.

³¹⁾ Caldeira Brant — *José Bonifácio*, N^o 20, 25 de março de 1823, *op cit* p. 317.

³²⁾ Caldeira Brant — *José Bonifácio*, N^o 23, 15 de abril de 1823, *op cit* p. 321.

Os oficiais eram Capitão-de-Fragata James Norton, Primeiros-Tenentes George Clarence, Charles Mosselyn, John Rogers Gleddon, Samuel Gillet, e Raphael Wright; e 2^o Tenentes George Broom, George Cowan, Ambrose Challes, Charles Watson, William James Inglis, e Duncan Macreights.

³³⁾ Madeira de Melo — *Lisboa*, 13 de dezembro de 1822 em *A Independência na Bahia*, Braz do Amaral.

³⁴⁾ *Leis e Decretos*, volume para 1822-23.

³⁵⁾ *Diário do Governo*, março-abril 1823.

³⁶⁾ Inspetor do Arsenal — *Cunha Moreira*, 7 de março de 1823, A. N. XM 726.

³⁷⁾ Consul Chamberlain — Canning, N^o 44, 8 de abril de 1823, P.R.O., F.O.63/259.

³⁸⁾ Maria Graham, *Journal of a Voyage to Brazil...*, p. 218.

³⁹⁾ *Narrative of Services...* Vol. II, p. 17 dá a própria versão muito influenciada de Cochrane.

⁴⁰⁾ Os três oficiais eram João Pascoe Grenfell, James Shepherd e Estivão Clewley. Decreto de 21 de março de 1823.

⁴¹⁾ O Almirante Pinto Guedes foi Chefe do Conselho Supremo Militar e o Almirante Barão de Bagé, com mais de 80 anos, estava aposentado há anos.

⁴²⁾ A *Pedro I* recebeu 80, a *Piranga* 33 e a *Niterói* 24. A.N., XM 80

⁴³⁾ Maria Graham, *op cit*

⁴⁴⁾ José Bonifácio — *Caldeira Brant*, 8 de abril de 1823. *Arquivo Diplomático da Independência* vol. I.

⁴⁵⁾ A *Narrativa* de Cochrane relata sem exatidão que o esquadrão partiu em 3 de abril e este erro tem sido repetido em descrições subseqüentes. Todas as fontes contemporâneas — incluindo diários, o *Diário do Governo* e documentos do Ministério da Marinha mostram claramente que a expedição partiu no dia 1º de abril.

APÊNDICE I

Navios de Guerra Brasileiros em 1º de abril de 1823

Navios	Canhões	Detalhes
Nau		
<i>Pedro I</i>	74	Construída na Bahia em 1763, modernizada no Rio em 1822. Originalmente <i>Martim de Freitas</i> , mudou de nome em 14 de janeiro de 1823. Guarnição: 12 oficiais, 110 soldados, 490 marinheiros. 28 canhões de 32 calibres no convés inferior; 28 canhões de 18 calibres no convés principal.
Fragatas		
<i>Piranga</i>	62	Construída na Bahia em 1817. Ex- <i>União</i> . Guarnição: 10 oficiais, 90 soldados, 400 homens. Canhões de 24 calibres no convés principal.
<i>R. Carolina</i>	44	Construída em Damão, nas Índias Orientais, de teca, mudou de nome para <i>Paraguassu</i> em 17 de maio de 1824. Guarnição: 7 oficiais, 70 soldados, 280 homens.
<i>Niterói</i>	38	Construída em Lisboa em 1818. Ex- <i>Successo</i> mudou de nome em 25 de janeiro de 1823. Modernizada no Rio em 1822. Guarnição: 7 oficiais, 70 soldados, 160 homens.
<i>Tétis</i>		Fora de ação em Montevidéu
corvetas		
<i>Maria da Glória</i>	26	Originalmente <i>Horatio</i> , construída, para o Chile nos Estados Unidos. Comprada em agosto de 1819 por 64.000\$. Guarnição: 6 oficiais, 48 soldados, 170 homens.
<i>Liberal</i>	20	Construída em Lisboa em 1791, modernizada no Rio em 1822, Ex- <i>Gaivota</i> . Guarnição: 6 oficiais, 36 soldados, 140 homens.
Brigues		
<i>Cacique</i>	16	Ex-português <i>Reino Unido</i> . Estacionado no Prata.
<i>Real Pedro</i>	14	Ex-português. Estacionado no Prata.
<i>Caboclo</i>	18	Ex- <i>Maipu</i> , comprado e dado à Nação por 22:000\$, em 12 de fevereiro de 1823
<i>Guarani</i>	14	Ex-britânico <i>Nightingale</i> , comprado em 11 de março de 1823 por 13:000\$.
Brigue-escuna		
<i>Real</i>	10	Ex-português
<i>Atlanta</i>	10	Ex-americano. Comprado por Labatut.
<i>Rio da Plata</i>	10	Comprado por Laguna.
Escunas		
no Plata:		<i>D. Álvaro da Costa, Luis de Camões, Cossaka, 6 de Fevereiro, Isabella-Maria, Maria Isabel, Kalmuka, Cossaka.</i>
no Rio:		<i>Independência ou Morte, Leopoldina, Carlota, Catarina.</i> transportes/barcas canhoneiras/brulotes: 20